



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA INSULAR E ATLÂNTICA
(SÉCULOS XV-XX)**

**LIBERALISMO E MUNICIPALISMO:
O CASO DO EXTINTO CONCELHO DAS CAPELAS
(1839-1853)
NA ILHA DE SÃO MIGUEL**

André Manuel Pereira de Viveiros

Ponta Delgada
2016



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**LIBERALISMO E MUNICIPALISMO:
O CASO DO EXTINTO CONCELHO DAS CAPELAS
(1839-1853)
NA ILHA DE SÃO MIGUEL**

André Manuel Pereira de Viveiros

Dissertação/Relatório de Estágio apresentado
à Universidade dos Açores para a obtenção de
grau de Doutor em História Insular e Atlântica
(séculos XV-XX) sob orientação do Professor
Doutor Carlos Alberto Cordeiro

Ponta Delgada

2016

Liberalismo e Municipalismo:
O caso do extinto concelho das Capelas (1839-1853) na ilha de São Miguel

A história do povo é a história das instituições municipais

Henrique da Gama Barros,
História da Administração Pública em Portugal, I,
Lisboa, 1885, p.476.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA.....	8
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13

INTRODUÇÃO

1.O tema, as fontes e a estrutura.....	15
2.Historiografia dos concelhos.....	25
3.Os concelhos na organização administrativa do país.....	27
4. Os concelhos e o processo de centralização de poderes	30
5. Reformas administrativas e poder municipal.....	36

Parte I

A CRIAÇÃO DO CONCELHO DAS CAPELAS

CAPÍTULO I

O município na organização administrativa das ilhas

1. A transposição do modelo municipalista	59
2. As câmaras municipais e os ecos da Revolução Liberal.....	68

CAPÍTULO II

O processo político e jurídico da criação do novo concelho

1. A criação da Província Oriental das Ilhas dos Açores.....	82
2. A proposta de reforma administrativa e judicial da nova Província.....	97
3. A divisão distrital das ilhas: O distrito de Ponta Delgada.....	104
4. Capelas e Povoação na segunda proposta da Junta Geral.....	112
5. A aprovação dos novos concelhos na Câmara dos Deputados.....	119
6. O concelho da Povoação.....	130

CAPÍTULO III

Outras razões que facilitaram a criação do concelho

1. População e território.....	135
2. Organização judicial.....	139

3. Razões económicas e sociais.....	143
4. Razões religiosas e culturais.....	154
5. Notoriedade dos defensores do concelho	164

CAPÍTULO IV

Os primeiros corpos administrativos e judiciais do novo concelho

1. A Comissão Municipal.....	171
2. Eleições para a câmara municipal.....	176
3. Eleições para as juntas de paróquia.....	182
4. Eleições/nomeações para regedores.....	194
5. Eleições para juizes de paz.....	197
6. Eleições para juizes eleitos.....	198
6. Eleições para juizes ordinários.....	199

CAPÍTULO V

O funcionamento da câmara municipal

1. Passagem de testemunho.....	202
2. A “Casa da Câmara”	205
3. O funcionamento da câmara.....	209
4. Posturas municipais.	232
5. Um ano de turbulência política.....	250
6. Os orçamentos municipais e a economia do concelho.....	253

Parte II

A EXTINÇÃO DO CONCELHO DAS CAPELAS

CAPÍTULO I

Razões institucionais e políticas

1. A questão dos expostos.....	268
2. O relacionamento com os governadores civis e a dissolução da câmara.....	273

CAPÍTULO II

Razões económicas

1. Os orçamentos municipais e a quotização dos expostos.....	302
2. Os orçamentos das juntas de paróquia.....	317
3. A economia do concelho e a sua extinção.....	320

CONCLUSÕES.....	342
Nota Suplementar.....	349
APÊNDICE I.....	351
APÊNDICE II.....	352
BIBLIOGRAFIA.....	358

Nota prévia

Esta pesquisa responde a um desejo antigo: saber mais sobre o tempo em que as Capelas foram sede de concelho.

Nos anos que estivemos na Junta de Freguesia das Capelas, várias vezes fomos confrontados com o peso do nosso desconhecimento e com o desalento dos que deixávamos sem resposta. Foi um desafio que protelámos!

Responde ao repto lançado pela Professora Fátima Sequeira Dias, que sabendo do nosso interesse em estudar este assunto, várias vezes manifestou a sua total disponibilidade para nos orientar nas pesquisas necessárias. Temos da Professora as melhores recordações.

Responde igualmente ao compromisso que assumimos com o Professor José Medeiros Ferreira, que na qualidade de Deputado à Assembleia da República apresentou em 1991 um Projeto de Lei visando a criação de novos municípios nos Açores, podendo as Capelas nesse contexto ver as suas pretensões de então acolhidas. Recomendava ele que um fundado conhecimento da história das Capelas, em especial do período em que tinha sido concelho, ajudaria a fazer doutrina sobre tal (nova) pretensão. Guardamos do Professor boas memórias.

Sem qualquer pretensiosismo, julgamos também poder trazer algumas respostas aos que, vivendo nas freguesias que integraram o antigo concelho, muitas vezes nos interpelavam sobre a necessidade de sabermos algo mais sobre o passado de todos nós.

Estamos certos que esta pesquisa não teria ido adiante, não fosse a oportunidade que a Universidade dos Açores nos proporcionou. Nas pessoas da Professora Doutora Susana Goulart Costa, diretora do Curso, e do nosso orientador de Tese, Professor Doutor Carlos Cordeiro, expressamos aqui a nossa gratidão. Muito obrigado a eles e um bem-haja à nossa Universidade.

Deixamos também aqui um agradecimento em memória do Dr. Hugo Moreira que, antes de falecer, teve o cuidado de deixar em mão certa os documentos que me prometera fazer chegar.

Agradecemos à Dona Margarida Jácome Correia por ter franqueado as portas da sua casa, para podermos selecionar e fotografar um conjunto de documentos fundamentais a esta pesquisa e que são pertença da sua família.

Fica igualmente um agradecimento a todos os que contribuíram de forma mais direta para a realização desta “aventura”, contando-se certamente entre estes os funcionários da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e da Biblioteca da Universidade

dos Açores, que muito nos ajudaram com a disponibilização dos seus conhecimentos e com a competência dos seus serviços.

E, como não podia deixar de ser, fica também um agradecimento para aqueles que mais sofreram com estas nossas “derivadas” académicas, quiçá fora de estação - a nossa família.

À esposa Rosa, e aos filhos: Aura, Diogo e Rodrigo.

Liberalismo e Municipalismo:
O caso do extinto concelho das Capelas (1839-1853) na ilha de São Miguel

RESUMO

Este estudo pretende ser um pequeno contributo para o conhecimento da História Local das ilhas dos Açores. Apontamento historiográfico onde procuramos saber quais as razões que estiveram na base da criação do concelho das Capelas em 1839, na ilha de São Miguel, como se processou o seu o funcionamento e quais as razões ponderosas que ditaram a sua extinção em 1853.

Tentamos enquadrar a temática no seu tempo histórico, o tempo de um país que de forma conturbada procurava implantar um novo regime - o Liberalismo -, cujos principais acontecimentos se repercutiam nas ilhas, refletindo, também nelas, o que se passava a nível nacional. Novo regime político que trouxe as mudanças necessárias: a criação da Província Oriental dos Açores que em 1833 libertava São Miguel da tradicional ascendência de poder da ilha Terceira; a publicação de Decreto datado de 1835 que criava três distritos autónomos nas ilhas com sedes em Ponta Delgada, Angra e Horta; a preparação da proposta de Lei (1838) a dividir a ilha de São Miguel em mais dois concelhos, o das Capelas e o da Povoação.

Apuradas as razões que estiveram na base daquela proposta, que é aprovada na Câmara dos Deputados com a publicação de Decreto datado de 3 de julho de 1839, passamos a analisar as eleições e o processo de instalação do novo município.

Apoiados essencialmente em fontes primárias avaliamos o seu funcionamento, constatando-se de imediato as grandes dificuldades institucionais e financeiras com que a câmara municipal se debatia. Dificuldades que obstam à aspiração de contruir um Paço Municipal, um novo cemitério, estradas e redes de água para o concelho; Enquanto se vai sentindo a sua gradual asfixia face às crescentes necessidades orçamentais para pagar à junta geral a quotização que lhe incumbe no amparo das crianças expostas, cujo incumprimento abre crise institucional entre a câmara e o Governador Civil, desinteligências que serão acrescidas pela incapacidade daquela mandar em tempo útil mapas de recenseamento da população do concelho, fundamentais para a fiscalidade distrital e realização das eleições locais e nacionais.

Com a chegada da Regeneração em 1851 e conseqüente nomeação de novo Governador Civil temos, primeiro, a dissolução da câmara naquele ano e depois a efetiva supressão do concelho, que até era sustentável economicamente, quando comparados os seus dados com os dos demais da ilha. No estudo, permanece a dúvida sobre o real significado da chamada economia da laranja sobre todo o processo do efêmero concelho.

Liberalismo e Municipalismo:
O caso do extinto concelho das Capelas (1839-1853) na ilha de São Miguel

ABSTRACT

This study aims to be a small contribution to the knowledge of the local history of the Azores islands. It's a historiographical note in which we try to find out the reasons that led to the creation of the municipality of Capelas in 1839, on the island of São Miguel, how it was operationalized and which reasons dictated its extinction in 1853.

We try to frame this issue in its historical period, a period in which a troubled country was trying to implement of a new regime - Liberalism - whose main events had repercussions on the islands, reflecting what was happening at a national level. This new political regime brought the necessary changes: the creation of the Azores Eastern Province, which in 1833 liberated São Miguel from the traditional power ascendancy of Terceira island; the publication of the decree of 1835 from which three autonomous districts in the islands were created, with headquarters in Ponta Delgada, Angra and Horta; and the preparation of a law decree (1838) that divided the island of São Miguel in two more municipalities, Capelas and Povoação.

After explaining the reasons which formed the basis of that proposal, which was approved in the Chamber of Deputies, with the publication of the Decree on July 3, 1839, we begin to analyze the elections and the new municipality installation process.

Supported mainly on primary sources, we assess its functioning, having immediately noticed the major institutional and financial difficulties that the city hall was facing; difficulties that made it impossible to build a City Hall, a new cemetery, roads and water networks for the county. A gradual asphyxia related to the growing budgetary needs to pay the General Board, which was responsible for the abandoned children, is felt and leads to the institutional crisis between the county and the Civil Governor, disagreements that will be added to by the inability of sending census maps of the county's population, which were fundamental to the district taxation and implementation of local and national elections.

With the arrival of the Regeneration in 1851 and the subsequent nomination of the new Civil Governor, firstly we have the dissolution of the city hall then, the effective suppression of the county, which was economically sustainable when compared to the data of the rest of the island. In the study, a question about the real meaning of the so-called economy of the orange, on the whole process of the ephemeral county, remains.

INTRODUÇÃO

1 - O tema, as fontes e a estrutura

O estudo que vamos apresentar é o resultado das pesquisas realizadas no âmbito da nossa tese de doutoramento em História Insular e Atlântica

A Universidade dos Açores, ao promover este Curso, não só deu cumprimento ao próprio desígnio - afirmar-se como uma escola de referência no seio do movimento historiográfico nacional e internacional, que privilegia o estudo do regional e do local -, como veio ao encontro de uma necessidade já sentida por antigos alunos que solicitavam a realização de uma formação a este nível como forma de valorizarem as suas atividades profissionais, nomeadamente a investigação e a docência da disciplina de História. Neste sentido, aumentar os conhecimentos, melhorar a capacidade científica e aperfeiçoar técnicas de pesquisa, a par do facto de beneficiar de orientação e acompanhamento na realização de trabalhos de investigação, tornaram-se razões suficientes para a sua frequência e conclusão.

Foi este o nosso caso. Desde há muitos anos que pretendíamos desenvolver uma investigação séria e rigorosa sobre as causas que levaram à criação e supressão do antigo concelho das Capelas na ilha de São Miguel. Todavia, sabíamos que uma abordagem desta natureza poderia não responder aos parâmetros exigidos por uma tese de doutoramento, ademais que o ponto de partida em termos de conhecimento da temática parecia circunscrito a pouco mais que dois decretos régios: um, o da criação do concelho a 3 de julho de 1839, e outro, o da sua extinção a 30 de junho de 1853.

Estes atos legislativos balizadores de uma efémera existência do extinto concelho, anunciavam uma pesquisa trabalhosa, mas ao mesmo tempo aliciante, pois, para além do estudo dos contextos sociais e políticos que envolveram a criação, funcionamento e extinção do concelho das Capelas, interessava também procurar eventuais relações das dinâmicas deste processo com os da atividade agrícola dominante naquela altura, a chamada economia da laranja, que tinha particular significado em algumas das localidades que constituíam o concelho, conforme foi dado a conhecer pelos trabalhos de investigação de Fátima Sequeira Dias¹. Aliás, é ainda hoje possível ver retratada na paisagem rural das freguesias de Capelas, São Vicente e Fenais da Luz, a eventual dimensão territorial e económica que aquela atividade ali conheceu, e que é traduzida

¹ Ver de Fátima Sequeira Dias, *Os Açores na História de Portugal. Séculos XIX-XX*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008 ou *A Importância da "Economia da Laranja" no Arquipélago dos Açores Durante o Século XIX*.

nomeadamente na permanência dos altos muros de pedra que outrora delimitavam as quintas de laranja, no número de mirantes construídos, ou nas casas apalaçadas e nos solares existentes, muitos deles ainda habitáveis, de que os brasões e datas apostas nos frontões e umbrais dos portões dão indelével testemunho². Morfologia agrária e urbana que não só traduzia a pertença da propriedade, que naquele tempo se cingia a pouco mais de uma dúzia de proprietários, como ao mesmo tempo deixa anunciar os principais traços estruturais da sociedade local de então, assente numa escassa elite proprietária da terra, e nas abundantes classes populares que nela trabalhavam ou que dela dependiam de forma indireta³.

Colocadas assim as questões, não deixava também de ser tentadora a ideia de podermos ter nas Capelas um caso com algum paralelismo com o concelho da Madalena do Pico, onde a pujança de uma nova cultura agrícola, no caso concreto a vinha, tinha tido como corolário a elevação de um povoado à condição de concelho, que determinou a necessidade de uma nova ordem administrativa e política para enquadrar a acumulação de riqueza, o crescimento demográfico e a emergência de uma nova elite, que via num novo poder local um acréscimo de defesa dos seus interesses económicos e de notoriedade social⁴.

Mas a verdade é que apesar da oportunidade e do entusiasmo que tivemos em fazer esta pesquisa, o risco de ficarmos aquém do pretendido era uma questão a ter sempre presente, pois à partida o tema era já de si considerado “pequeno” e o conhecimento e a disponibilidade de fontes era ainda um obstáculo a ultrapassar, que a falta de outros estudos parecia sinalizar.

Felizmente, no decorrer dos nossos trabalhos de pesquisa o tema escolhido enrobusteceu-se e um assunto considerado inicialmente “menor” tornou-se interessante. As fontes foram surgindo e a interpretação das questões locais à luz dos acontecimentos que tiveram lugar na ilha, nas ilhas e no país, foram trazendo o esclarecimento de dúvidas e a ajuda necessária à consistência de muitas das respostas pretendidas, abrindo-se ao mesmo tempo, e como é natural nestes casos, muitas outras dúvidas a demandar

² Cf. Maria Isabel Whitton da Terra Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de S. Miguel 1785-1885*; Dissertação de Mestrado, em História da Arte Contemporânea, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, setembro de 1996; Policopiado, Universidade dos Açores, pp.46-47.

³ Cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Volume I, Edição do Centro de História de Além Mar (CHAM) e outros, Ponta Delgada, 2012, pp. 115-117.

⁴ Ver Avelino de Freitas Meneses, *O Município da Madalena (Pico): Subsídios para o seu estudo*, edição da Câmara Municipal da Madalena, 1988. Ver do mesmo autor «O Vinho na História dos Açores: a introdução, a cultura e a exportação» in *Arquipélago. História*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, volumes XIV-XV (2010-2011), pp. 177-186.

esclarecimentos, ficando certamente muitas por responder, como também é aceitável numa investigação científica, que pela sua própria natureza é suscetível de apresentar-se sempre em aberto e passível de ser contraditada pela emergência de novas fontes, novos factos e novas interpretações.

Com as datas a cingir o tempo de vida institucional do novo concelho e as razões políticas, económicas e sociais a imporem uma clarificação e fundamentação dos factos históricos, no sentido de termos um estudo cientificamente sustentado, de imediato se colocou a necessidade de fazermos abordagens mais alargadas dos acontecimentos envolventes. Assim, no país, a Revolução Liberal de 1820, a sua divisão em províncias administrativas em 1832, a Revolução de Setembro de 1836, a Constituição “ordeira” de 1838”, os governos de Costa Cabral de 1842 e 1848, a Regeneração de 1851, e as reformas administrativas e territoriais entretanto ensaiadas, passaram a constituir acontecimentos incontornáveis na compreensão e enquadramento do tema em estudo. Enquanto no contexto das ilhas, o papel das câmaras municipais na chegada da Revolução Liberal aos Açores, as revoltas contrarrevolucionárias vintistas, a vitória do regime liberal na Terceira, a criação da Província Oriental dos Açores, que colocava um ponto final numa histórica dependência dos micalenses de governos sediados na ilha Terceira e a divisão das ilhas em distritos surgirão como passos políticos e administrativos a compreender, porque subjacentes ao novo ordenamento autárquico da ilha de São Miguel do qual resulta não só a criação do concelho das Capelas, como também o da Povoação.

No entanto, em termos temporais e até científicos, o substancial da nossa investigação passava a ficar em grande parte integrado naquele espaço histórico a que José Miguel Sardica chamou de «institucionalização do regime liberal em Portugal (1834-1851)»⁵ e que Maria de Fátima Bonifácio caracterizou como o tempo de *Uma História de Violência Política*⁶; lastro e turbilhão sociopolítico a envolver os diferentes poderes, que tornava pertinente saber qual o papel que estava reservado ao poder local, nomeadamente como se processava a criação, manutenção e supressão de municípios, quer ao nível do país, quer no que respigava deste complexo processo para as ilhas dos Açores, e em particular para a ilha de São Miguel, uma vez que nas outras ilhas não se procedeu a qualquer alteração do quadro autárquico existente.

⁵ Ver José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso: A Política e os Partidos entre 1851 e 1861*, Coleção Estudos e Investigações, 2ª Edição da Imprensa de Ciências Sociais, ICS, Universidade de Lisboa, 2013.

⁶ Ver Maria de Fátima Bonifácio, *Uma História de Violência Política – Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, Edições Tribuna, 2009.

Escolhemos como título para o nosso trabalho *Liberalismo e Municipalismo: O caso do extinto concelho das Capelas (1839-1853) na ilha de São Miguel*. Pensamos que ele traduz os ecos de mudança que o país experimentou com a implantação do regime liberal e reflete ao mesmo tempo as transformações que a estrutura municipal da ilha sofreu com a criação do novo concelho que veio dividir Ponta Delgada, que era até então o maior dos Açores⁷, enquanto, e por sua vez, o concelho da Povoação ficava constituído com freguesias que estavam integradas nos concelhos de Vila Franca e Nordeste. Embora criados pelo mesmo diploma, como vamos ver, o concelho da Povoação apresentava uma fundamentação de propositura diferente, quiçá mais sustentada, talvez por isso a não ser suprimido pelas sucessivas reformas administrativas e territoriais que depois sobrevieram com os governos regeneradores, que tinham na extinção de concelhos uma das suas maiores bandeiras para o fortalecimento de um governo central e ao mesmo tempo uma forma pragmática de regradar o escasso erário público⁸.

Em termos metodológicos, quando enveredámos pelo estudo desta temática já tínhamos presente um alerta do professor Fernando Catroga, que dizia que nesta matéria é frequente seguir-se duas vias possíveis: ou seguir a realidade política e administrativa portuguesa implantada com a Revolução Liberal, onde se analisa o processo que conduz ao centralismo previsto pelos sucessivos Códigos Administrativos - itinerário habitualmente seguido pelos historiadores do direito - ou se cai no campo estrito da Monarquia Constitucional, em perspetivas que acabam por realçar a alternativa municipalista⁹.

Pela nossa formação e pelos objetivos do trabalho, assumimos privilegiar esta segunda perspetiva apontada pelo autor, não podendo, contudo, esquecer a importância determinante dos códigos de Mouzinho da Silveira, do Código Administrativo de 1836 e da sua revisão pelo Código Administrativo de 1842, como eixos legislativos e jurídicos sobre os quais rodava toda a ação política e administrativa das décadas de trinta e quarenta do Portugal de oitocentos; um tempo em que as diferenças ideológicas dos sucessivos governos nunca foram suficientes para estes deixarem de olhar o poder municipal com a desconfiança do concorrente, embora com o reconhecimento da utilidade de quem

⁷ Lembramos que o concelho de Angra do Heroísmo só passará a ser maior do que o de Ponta de Ponta Delgada em termos territoriais, depois da extinção do concelho de São Sebastião, que ocorre pela reforma administrativa de 14 de outubro de 1855, mas que só tem efetiva execução por Portaria datada de 1870.

⁸ Cf. César de Oliveira (direção), *História dos Municípios e do Poder Local* (Dos Finais da Idade Média à União Europeia), Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.219

⁹ Cf. «A distritalização do País», in *Atas do colóquio comemorativo dos 200 anos do nascimento de José Silvestre Ribeiro*, Praia da Vitória, 2007, p.9.

estando mais perto chega mais longe, num território ainda grande demais para o Estado que se tinha.

No desenvolvimento do tema, para além das questões que estiveram a presidir à criação do concelho, a moldar o seu funcionamento e a determinar a sua extinção, também tentamos saber se o carácter efémero do novel concelho se cingiu a apenas uma manifestação autárquica inconsequente, a um mero epifenómeno localista, fruto da permanente instabilidade política da época, e promovido pelas elites locais, ou se foi um estatuto autárquico com real significado administrativo e político no contexto da ilha de São Miguel, equacionando-se os seus eventuais impactos no concelho de Ponta Delgada, e se o mesmo teve alguma importância económica, social e cultural para as populações abrangidas e que marcas físicas ou outras ainda hoje existem a testemunhar a ação das instituições do antigo concelho.

Também procuramos inferir em que medida a aparente falta de fontes e a pequenez do tema por si só justificavam o desinteresse na sua investigação, a ponto de o transformar num “não acontecimento”, possivelmente similar a tantos outros do mesmo género que tiveram lugar naquela altura um pouco por todo o país e que, no caso concreto, em nada alterou ou alteraria a história da cidade e do concelho de Ponta Delgada, ficando eventualmente por isso até à presente data sem qualquer referência bibliográfica. Naturalmente que neste ponto fomos também tentados a pensar que este talvez tivesse sido mais um daqueles “apagões” da nossa vida coletiva, que por vezes a investigação histórica, em face das fontes disponíveis, não consegue reconstituir, embora, e no caso concreto, desde muito cedo no nosso estudo fomos ganhando a convicção que estávamos perante um estudo interessante, mas que nada de muito “misterioso” se revelaria no seu final.

No uso das fontes, recorremos à bibliografia mais geral para a feitura daquelas áreas do estudo que necessitavam de maior enquadramento teórico, nomeadamente dos pontos cuja Introdução escolhemos aprofundar, contando para o efeito essencialmente com a consulta de obras de historiadores que têm dedicado as suas investigações aos assuntos da História Municipal ou Local. Já para os capítulos que constituem as partes Primeira e Segunda da pesquisa centramos a nossa atenção num acervo de fontes primárias em depósito na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, nomeadamente do fundo do Governo Civil de Ponta Delgada e de forma particular nos livros da correspondência expedida e recebida com as câmaras municipais, com os

administradores dos concelhos, com a junta geral e com outras entidades públicas ou privadas. Enquanto do fundo da Administração Municipal, designadamente da câmara de Ponta Delgada, consultamos os seus livros de acórdãos ou de atas, indagando ainda sobre a correspondência expedida e recebida, a publicação de editais, bem como alguma documentação dispersa do antigo concelho das Capelas, que ficou inserta neste fundo documental.

Como fontes primárias, também contamos com uma pequena monografia sobre as Capelas elaborada em 1917 por Ayres de Jácome Correia, de que parte da informação incluída o autor publicou em formato de artigos de jornal no ano de 1920¹⁰.

No entanto, e cabe aqui dizê-lo, em matéria de fontes primárias, sentimos algumas dificuldades na realização dos capítulos e pontos que abordaram o funcionamento da câmara municipal das Capelas durante parte significativa da década de quarenta, porque não nos foi possível ter acesso às atas das suas sessões, que tínhamos a esperança nos dessem o pulsar do funcionamento daquele órgão autárquico, e cujos dois volumes sabemos terem existido, pois o próprio Ayres Jácome Correia reconhece na sua monografia que os mesmos foram fonte do seu estudo e dos conteúdos dos artigos que publicou.

A verdade é que até à presente data nunca conseguimos encontrar os livros a que se referia o autor, de balde os nossos esforços junto de várias entidades e pessoas que eventualmente os podiam ter em arquivo; a minimizar esta falta, e graças à sua neta, Dona Margarida Jácome Correia, foi possível termos acesso à consulta de algumas das atas insertas naqueles livros, precisamente porque o seu avô teve a preocupação de as transcrever para suporte da sua investigação, bem como de outros documentos dispersos, que tivemos a oportunidade de fotografar e consultar.

Convém também aqui esclarecer que as atas eram para nós fundamentais para tentarmos traçar o quotidiano da vida do município das Capelas, nomeadamente por força da escassez de fontes com que nos deparamos para fazer uma análise à forma como o município funcionou. Todavia, não deixaríamos de fazer a sua consulta sem as cautelas

¹⁰ O investigador Hugo Moreira disponibilizou-nos uma pequena monografia sobre as Capelas, escrita por Ayres Jácome Correia em 1917, com o título «O primeiro Livro Antes da Formação do Concelho». O autor anuncia a intenção de publicitar esta investigação no jornal *A Actualidade*, em artigo com o título “História das Capelas” e datado de 4 de março de 1920, dizendo aí, que o título do seu trabalho seria «História da Administração Municipal do Concelho das Capelas». O autor ainda vai publicar mais dois artigos com o mesmo título, datados respetivamente de 11 e 18 daquele mês, onde volta a incluir informação daquela que constatamos estar na monografia que Hugo Moreira nos fez chegar às mãos. Os artigos surgem em resposta a um artigo publicado pelo padre Herculano A. Medeiros, “Archivo dos Açores”, onde se colocava em dúvida a origem do nome da freguesia de Capelas.

apontadas por Alberto Vieira, que nos diz que na escrita das mesmas pode estar sempre subjacente o empenho de alguns para nos fazer passar uma certa realidade em que participaram, para além de que muitos dos assuntos de interesse de um concelho podem não estar refletidos nas suas atas, e que questões de grande pertinência para a vida do concelho podiam ser discutidas no quotidiano não institucional, ou seja, nem tudo o que acontecia teria necessariamente a obrigação de passar pela sala das sessões e tão pouco as atas podiam ser consideradas o semanário das vivências do concelho ¹¹.

As edições de 1835 a 1854 do jornal *Açoriano Oriental*, as poucas edições disponíveis e coevas de outros jornais publicados em São Miguel como *O Correio Michaelense* (a partir de 1844) ou *A Ilha* (1852-1853), revistas temáticas e políticas como a *Revista dos Açores* ou a *Michaelense*, genealogias como as Ernesto do Canto ou Rodrigo Rodrigues, os diversos volumes do *Arquivo dos Açores*, os três volumes de *As “Escavações”* de Francisco Maria Supico cujos conteúdos respigam outros jornais daquela época, diversos *Opúsculos* e *Relatórios* oficiais, e os vários volumes dos *Diários da Câmara dos Deputados* referentes aos anos de 1837, 1838, 1839, 1852, 1853 e 1854, também se contam entre as várias fontes de consulta a que recorreremos para a realização desta investigação.

Por razões de metodologia e tratamento dos conteúdos temáticos, o estudo acabou ficando com uma estrutura organizativa que poderemos classificar de clássica, pois optamos por dividi-lo em duas grandes partes, precedidas desta também alargada Introdução¹², onde neste primeiro ponto expomos a problematização da temática e a metodologia a seguir, enquanto num segundo fazemos uma breve abordagem da situação historiográfica do estudo dos concelhos e depois, já suportados em bibliografia geral, dedicamos um terceiro ponto ao papel assumido pelos municípios na organização administrativa e territorial do país, abordando nomeadamente a questão da origem e formação dos municípios portugueses e o processo de centralização de poderes por parte da coroa, concluindo-se esta parte introdutória com um resumo dos acontecimentos mais importantes subjacentes à institucionalização do liberalismo em Portugal, nomeadamente

¹¹ CF. Alberto Vieira, “História e Municipalismo na Madeira: Projetos e Realizações. O Município de São Vicente, in *O Município no Mundo Português*. Seminário Internacional Funchal:26 a 30 de outubro de 1998, edição do Centro de Estudos da História do Atlântico e Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1998, p.328-329.

¹² Optamos por enriquecer a Introdução, e em particular as duas Partes em que dividimos o estudo com Notas de Rodapé, cuja função é naturalmente a de complementar informações tratadas no estudo, mas também a de por este expediente não “desperdiçar qualquer informação”, considerando a escassez de fontes que tivemos na abordagem de alguns capítulos da investigação.

das reformas administrativas levadas a cabo enquanto chão político, social e económico onde terá lugar o essencial do nosso estudo.

Depois, e já na Primeira Parte, teremos um primeiro capítulo, onde vamos abordar o percurso histórico dos municípios nas ilhas dos Açores, atuando em sobreposição com outros poderes já existentes ou concomitantes de natureza senhorial ou régia, dando-se igualmente conta da forma como o novo regime liberal se foi implantando nas diversas ilhas, com a replicação do histórico diferendo entre Terceira e São Miguel, onde as câmaras municipais surgem como palcos dos principais acontecimentos do processo revolucionário e contrarrevolucionário que forja o novo regime político.

Num segundo capítulo vamos tratar todo o processo político, jurídico e administrativo da criação do concelho das Capelas, começando por abordar o processo constitutivo da Província Oriental dos Açores pelo Decreto nº 23 de 16 de maio de 1832, etapa administrativa que será reforçada com a divisão do território dos Açores em Distritos pela Lei de 25 de abril de 1835 que, associada ao Código Administrativo de 1836 e à Constituição de 1838 proporcionou contextos político-legislativos que os deputados eleitos por São Miguel vão aproveitar para levar à discussão e depois à sua aprovação em sede da Câmara dos Deputados.

Num terceiro capítulo aduzimos algumas razões de natureza territorial e demográfica, económica, social e religiosa e de notoriedade pessoal que julgamos terem contribuído para a criação do novo concelho, podendo, todavia, a sua leitura ser melhor entendida não só à luz dos dados estatísticos que serão apresentados nos capítulos desta Primeira Parte como com aqueles que serão apresentados ao longo da Segunda Parte. Aqui importa ter presente que na compreensão destas matérias, há dados de natureza demográfica, social ou económica que não sofrem mudanças bruscas no espaço temporal considerado, pois não devemos esquecer que o concelho das Capelas durou pouco mais do que uma dezena de anos de vida institucional considerada regular, como depois veremos, pelo que, falar de grandes variações de dados estatísticos, para além de não os haver em abundância, torna-se metodologicamente pouco significativo considerando as baixas variações dos dados em análise.

Chegados ao quarto capítulo veremos como funcionou institucionalmente o novo concelho, começando por abordar o processo eleitoral conducente à formação dos seus primeiros corpos administrativos e judiciais: câmara municipal, juntas paroquiais, regedorias, magistraturas de juizes de paz, juizes eleitos e juizes ordinários. A verdade é

que, sobre os atos eleitorais ocorridos na vigência do concelho das Capelas, pouco mais sabemos para além daqueles que permitiram instalar o novo município e que constam da monografia de Ayres Jácome Correia, tarefa que presumivelmente só foi possível ao autor porque este teve acesso a pelo menos dois livros de atas da sua câmara municipal.

Num quinto capítulo é abordada a problemática que envolveu a instalação da primeira câmara municipal do novo concelho, procurando também dar uma ideia de como funcionou política e administrativamente nos seus primeiros tempos de vida institucional, e as dificuldades que foram sentidas na prossecução das competências que lhe estavam atribuídas. Aqui, contamos com a análise da correspondência trocada entre o Administrador Geral e a câmara das Capelas, no primeiro ano de funcionamento desta, onde estão presentes questões como os principais projetos da câmara para o concelho, a problemática da instalação de um corpo de Guarda Municipal, as dificuldades no relacionamento com as juntas de paróquia e com a igreja, e a falta de recursos financeiros para levar a efeito as competências da novel câmara, nomeadamente a construção de uma “Casa da Câmara”, perante o espectro das sempre presentes crises frumentárias.

Também a avaliar o funcionamento da câmara das Capelas vamos fazer uma análise de algumas posturas municipais, que Ayres Jácome Correia teve o cuidado de transcrever, onde iremos constatar as principais dificuldades fiscais e administrativas sentidas pela câmara municipal e o esforço que foi feito por esta para paulatinamente ir sistematizando as posturas e a sua adequação à capacidade de esforço dos munícipes. Para o efeito, socorremo-nos de outras posturas municipais em vigor em outros concelhos, que de forma comparativa nos deram o evoluir desta questão tão complexa, que é a de arranjar receitas para pôr em funcionamento a câmara municipal. Como não podia deixar de ser, também daremos nota dos impactos que tiveram na câmara das Capelas, tal como nas outras câmaras municipais de São Miguel, os acontecimentos nacionais decorrentes da “Revolta do Minho” de 1846 e da guerra civil de 1847, cujos reflexos mais imediatos na gestão do concelho determinaram a substituição do administrador do concelho, do presidente e vereadores da câmara. Ano de 1847 e seguinte que pareceram gerar mais disponibilidades orçamentais para alocar a alguns projetos camarários, numa altura em que a economia do concelho parecia bem, qual canto do cisne que prenunciava para os anos seguintes graves crises orçamentais e económicas prefiguradas nas doenças e crises produtivas da vinha e da laranja.

Chegados à Segunda Parte, quiçá a mais interessante de um eventual conhecimento público deste estudo, vamos analisar no primeiro capítulo as razões políticas que julgamos terem contribuído para a extinção do concelho, nomeadamente a problemática dos expostos no relacionamento da câmara municipal com os governadores civis, num processo de medição de forças, decorrente da mudança política, onde o primeiro Governador Civil com as cores da Regeneração não condescendia nas falhas administrativas, financeiras e eleitorais que a desorganizada edilidade ia demonstrando.

Num segundo capítulo centrar-nos-emos na questão dos expostos, complexo problema social vivido na altura, a demandar das câmaras municipais a disponibilidade de substanciais recursos financeiros, que no caso das Capelas fazem mergulhar a sua edilidade na mais completa penúria orçamental, como vamos ver. Isto num concelho onde algumas das juntas de paróquia chegam a ter mais orçamento do que a própria câmara, enquanto a economia do concelho mostrava ter grande vigor quando comparada com as de outros concelhos da ilha de São Miguel; economia, que parecia funcionar independentemente de aquelas freguesias estarem ou não agrupadas num concelho, desiderato que inevitavelmente colocou a questão da utilidade administrativa da câmara municipal e das demais instituições que davam forma política e jurídica ao concelho, cuja câmara municipal parecia incapaz de fazer o recenseamento dos seus eleitores, para terem lugar novas eleições locais e nacionais. Facto que, associado a outros desleixos e falta de fulgor social, acaba por ditar o fim do concelho, que já parecia penoso a todas as partes.

Chegados às Conclusões, procuramos demonstrar que a criação e extinção do concelho das Capelas foi um fenómeno político próprio do seu tempo, uma manifestação inconsequente e ao mesmo tempo uma oportunidade perdida, porque se a economia permitia a autonomia pretendida, a administração e as finanças municipais não corresponderam, principalmente porque os últimos eleitos municipais descuraram os seus deveres autárquicos, desiderato que foi ajudado pelo pragmatismo político dos regeneradores, pelo desaparecimento das elites proponentes da criação do novo concelho e pela retoma da centralidade da cidade de Ponta Delgada.

Numa Nota Final, damos conta de que este processo das Capelas como sede de concelho é uma história na qual ainda se tem tentado abrir novos capítulos. Fechamos a nossa investigação com uma listagem dos que governaram a câmara e administraram o concelho, seguindo-se três Notas Biográficas, cujo enriquecimento fica em aberto, porque é com a apresentação da Bibliografia que encerramos o estudo.